

Brasília, 21 de agosto de 2019.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Governador(a) de Estado

Senhor(a) Governador(a),

O Fórum por Direitos e Contra a Violência no Campo¹, após reunião ocorrida dia 09/08/2019, vem manifestar sua preocupação em relação a notícias de que o Governo Federal pretende fechar acordos de conciliação com fazendeiros que questionam na justiça a desapropriação de suas terras para fins de reforma agrária²

Ocorre que o próprio Governo Federal reconhece que em muitas dessas terras, em situação de litígio, encontram-se ocupações de famílias de trabalhadores rurais. Esse é um fato que demanda bastante atenção e cautela por parte de todas as autoridades que, possivelmente, podem ser acionadas para colocar em prática eventuais decisões judiciais de reintegração de posse dessas terras.

Como demonstrado nos recentes relatórios³ sobre violência no campo publicados pela Comissão Pastoral da Terra, os índices de conflitos que, em muitas vezes resultaram em mortes de trabalhadores rurais, aumentaram significativamente nos últimos anos.

Assim, solicitamos atenção e cautela desse Governo Estadual com as famílias de trabalhadores rurais que possam ser atingidas pelas medidas acima mencionadas. Cabe salientar que nesses acampamentos estão assentados, também, mulheres, idosos e crianças em natural situação de vulnerabilidade.

1 Inspirado em experiência da década de 1990, o Fórum por Direitos e Contra a Violência no Campo – FDCVC atua como agente articulador dos diversos segmentos afetados pelo encolhimento dos espaços de diálogo e pela desarticulação de estruturas voltadas à questão do campo. Sua reativação foi deliberada durante encontro promovido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal - PFDC/MPF, a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) e mais de 50 representantes de organizações da sociedade civil.

São entidades/instituições que participaram da reunião do FDCVC no dia 12/4/2019: ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária; CDHM – Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; CONTAG – Confederação Nacional Trabalhadores na Agricultura; Liderança do PT no Senado; MAB – Movimento de Atingidos por Barragens; MLT – Movimento de Luta pela Terra; MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; PFDC/MPF – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão/MPF; UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias;

2 <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-pode-devolver-terras-desapropriadas-para-antigos-donos,70002954030>

3 <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4687-conflitos-no-campo-brasil-2018>

Na certeza de contar com a compreensão e a necessária cautela desse Governo, renovamos nossos votos de distinta consideração.”

Por oportuno, informamos que, provisoriamente, a Secretaria Executiva do Fórum encontra-se com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão – PFDC/MPF, para onde devem ser remetidas eventuais correspondências:

SAFS Qd 4, Conj. C, Bloco B, salas 303/304, Edifício-sede da Procuradoria Geral da República telefone: (61) 3105-6944 - pfdc@mpf.mp.br

Atenciosamente,

FÓRUM POR DIREITOS E CONTRA A VIOLÊNCIA NO CAMPO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00395086/2019 CARTA**

Signatário(a): **RUTE ARAUJO DOS SANTOS**

Data e Hora: **23/08/2019 12:34:10**

Autenticado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave 20CB83DF.B76EB3D1.6859D8F0.1F730EC8